



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROJETO BÁSICO Nº 3/2020 - PRES/DG/SGP/COEDE/SEDES

1 - INTRODUÇÃO

Em atendimento ao disposto nos artigos 6º, IX, e 7º, § 2º, I e §§ 6º e 9º, ambos da Lei 8.666/93, elaboramos o presente Projeto Básico, por inexigibilidade de licitação, com base na Decisão Plenária n. 439/98 do Tribunal de Contas da União.

2 - DESCRIÇÃO DO OBJETO

Contratação da empresa especializada para a realização do curso "**Auditoria de TI**" para uma turma de 8 servidores do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

O curso será realizado na modalidade de ensino telepresencial, com carga horária de 32 horas, nos dias 11 a 14/5/2020, conforme agenda adequada aos participantes e empresa contratada.

2.1 Dados da instituição promotora

INTERNOS Razão Social: INSTITUTO DOS AUDITORES
DO BRASIL – IIA BRASIL
Endereço: Rua Barão do Triunfo, 73, Conj 53 - Brooklin
Paulista – SP/SP, CEP: 04622-000
CNPJ: 62.070.115/0001-00
Contato: Andrea Freitas
e-mail: andrea.freitas@iiabrasil.org.br
Fone comercial: (11) 5523-1919
Dados Bancários: Bradesco (237), Agência: 0450, conta
corrente: 160.056-7

2.2. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Os temas a serem abordados estão indicados no Evento SEI [0521859](#).

2.3. PÚBLICO-ALVO

Servidores da CCIA e STI.

2.4. REQUISITOS DO SISTEMA PARA PARTICIPAÇÃO NO TREINAMENTO:

O curso será transmitido por meio da ferramenta do GoToWebinar:

No PC:

✓ Internet Explorer 9, Mozilla Firefox 34, Google Chrome 39 (com o JavaScript ativado) ou a versão mais recente de cada navegador;

✓ Windows XP, Windows Server 2008 ou versão posterior;

✓ Conexão à Internet por cabo, DSL ou superior (no mínimo, 1 Mbps);

✓ Processador dual-core 2,4 GHz ou superior com, no mínimo, 2 GB de RAM;

No Mac:

✓ Safari 6, Mozilla Firefox 34, Google Chrome 39 (com o JavaScript ativado) ou a versão mais recente de cada navegador;

✓ Mac OS X 10.8 (Mountain Lion) ou versão mais recente;

✓ Conexão à Internet por cabo, DSL ou superior (no mínimo, 1 Mbps);

✓ Processador Intel (no mínimo 2 GB de RAM);

✓ Para os participantes que quiserem usar áudio por VoIP, um microfone e altofalantes. Recomenda-se usar um headset USB.

No iPad, no iPhone ou em dispositivos Android ou Windows Mobil;

✓ Aplicativo gratuito do GoToMeeting, GoToWebinar ou GoToTraining disponível na App Store, no Google Play ou na Windows Store;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

✓ Recomenda-se usar conexão WiFi para áudio por VoIP.

3 - JUSTIFICATIVA:

3.1. Da Necessidade:

Em atenção ao Plano de Formação Continuada da Coordenadoria de Controle Interno e Auditoria, CCI, deste regional iniciada em 2016, buscou-se para este exercício a continuidade da capacitação AUDI, agora voltada para a área Tecnologia da Informação, oferecida pelo Instituto de Auditores Fiscais do Brasil. Trata-se de treinamento ainda não realizado para a equipe do Controle Interno na última gestão, quando houve grande renovação do quadro. Por ser matéria afeta à área da Tecnologia da Informação a inclusão de servidores daquela secretaria fez-se necessário, pois a base para a condução coerente dos processos tende a agilizar a auditoria dos mesmos em nosso regional.

A capacitação encontra-se registrada no Plano Anual de Capacitações 2020, sob nº 20200501.

3.2. Da inexigibilidade de Licitação:

A inexigibilidade de licitação se respalda no **Acórdão 439/1998 – Plenário**, do Tribunal de Contas da União, que assim decidiu:

“Considerar que as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, bem assim a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros, enquadram-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei nº 8.666/1993”.

3.2.1. Da singularidade do serviço:

A capacitação em **AUDI TI** versa sobre conteúdo técnico na área de Auditoria, especificamente em Órgãos Públicos. A aplicação dos conceitos nela envolvidos dependerá da cultura organizacional, da reação



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

dos participantes aos conteúdos apresentados, do momento e das características pessoais, da interação entre instrutor e turma. A intervenção pessoal do docente é determinante para a obtenção dos resultados esperados. Tem-se como premissa em casos como esses que o objeto é de natureza **singular**, posto não ser repetível e os resultados obtidos com a sua contratação estão amplamente sujeitos às variáveis do ambiente.

3.2.2 Da escolha da empresa fornecedora e do notório especialista:

Para a execução do presente objeto, optou-se pela contratação do Instituto dos Auditores Internos do Brasil IIA Brasil, que conta com equipe reconhecida nacionalmente, especialmente no âmbito do Poder Judiciário, o qual é atendido por suas capacitações, bem como pelo Congresso Brasileiro de Auditores Internos, evento anual que trata das principais questões e novidades de interesse dos profissionais de auditoria no Brasil. O IIA Brasil, possui ainda a certificação de exclusividade conferida pelo Instituto Global de Auditores Internos, sediado na Flórida, Estados Unidos da América, conforme comprovado no treinamento realizado em 2017 [0175885](#). Também o Instituto teve ótima avaliação quando da realização de outros treinamento para este Regional.

3.3. DO ALINHAMENTO COM OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS – A capacitação contribui para a consecução do objetivo estratégico: **aperfeiçoamento da gestão de pessoas**, conforme disposto no Planejamento Estratégico em vigor

4 – DO VALOR

O valor a ser contratado é de R\$ 21.500,00 (vinte e um mil e quinhentos reais). Resultando o custo por pessoa, caso se concretize a formação de turma de 8 servidores, em R\$. 2.687,50 (dois mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)

Dispõe o art. 15, inciso V, da Lei 8.666/93, que as compras, sempre que possível, deverão balizar-se pelos preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da administração pública. Determina, ainda, o art.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

43, inciso IV, dessa lei, que os preços da proposta vencedora deverão estar de acordo com aqueles praticados pelo mercado.

4.1. Da avaliação de custo proporcional ao benefício e compatibilidade com o mercado:

Para que se verifique a compatibilidade com os preços praticados no mercado, segue abaixo alguns dos treinamento contratado por este Regional.

Capacitação	Ano	modalidade	Participantes	Carga horária	Valor total
Formação de Auditores Internos II	2017	presencial in company	15	32	R\$ 18.308,30
Formação para Auditores Internos - AUDI I com Ênfase em Órgãos Públicos	2018	presencial in company	10	24	R\$24.690,00
Gestão e Fiscalização de Contratos	2019	presencial in company	25	16	R\$ 25.000,00
Auditoria de TI (em contratação)	2020	telepresencial	8	32	R\$ 21.500,00

Considera-se também que os valores são compatíveis com os praticados para eventos dessa natureza. No entanto, faz-se necessário observar que o valor de contratação de cursos pode variar consideravelmente a partir de alguns parâmetros:

a) Se a capacitação é aberta ou fechada para público externo;

b) Se a contratação é de pessoa física ou jurídica: impostos, lucro, custos operacionais como passagens aéreas, hospedagem e alimentação interferem no preço;

c) Agenda dos instrutores: a quantidade de eventos que o instrutor precisará bloquear para ficar disponível para o evento contratado promove uma espécie de concorrência, que interfere diretamente no preço;

d) Tempo de preparação: se o evento atende a um escopo já comum da empresa ou se será personalizado para atender às demandas do cliente. Se a preparação for a primeira ou exclusiva, o valor será bem diferente, posto que o palestrante terá o esforço inicial de pesquisa e organização dentro do tema;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

e) O uso posterior do conteúdo: caso o contratado tenha expectativa de preparar o conteúdo para nosso regional e posteriormente aplicá-lo em outros eventos semelhantes, o custo poderá ser reduzido, pois o mesmo estará construindo, a partir desta experiência, um produto reaproveitável de mercado;

A simples verificação de preços não permitirá a identificação de cada um desses fatores nos cursos comparados, razão pela qual o melhor parâmetro é o histórico das contratações dentro do próprio TRE, tanto do palestrante em tela, quanto dos demais palestrantes. Por toda essa combinação de fatores, tem-se que os valores apresentados para este evento encontram-se compatíveis com o mercado para este tipo de evento.

5 – DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

CATEGORIA	Ordinário
AGREGADOR	Integração e Capacitação dos Servidores
DESPESA AGREGADA	Contratação de empresas na área de treinamento, conforme Plano Anual de Capacitação
PLANO INTERNO	RO CAPPAC
VALOR	R\$ 21.500,00 (vinte e um mil e quinhentos reais)

6- DO PAGAMENTO

A Contratante efetuará o pagamento, após o encerramento da capacitação, mediante ordem bancária, através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento dos certificados e nota fiscal, devidamente atestada pela Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento deste TRE/RO, aplicadas as retenções legais.

7- DO CONTRATO

O contrato, no caso do presente Projeto Básico, será substituído pela Nota de Empenho de Despesa na forma do artigo 62, “caput” e parágrafo 4º, da Lei 8.666/93.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8- DAS OBRIGAÇÕES DO TRE

São obrigações do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia:

1. Informar à empresa contratada os dados dos servidores;
2. Pagar à empresa contratada pela execução do serviço, conforme dispõe o § 3º do art. 5º da Lei n. 8666/93, até cinco dias após a o recebimento dos certificados de participação e da fatura;
4. Avaliar a qualidade do treinamento realizado.

9- DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA

São obrigações da empresa contratada:

1. Garantir a realização do curso, conforme descrito na proposta em anexo ([0521859](#)), nos dias 11 a 14/05/2020;
2. Fornecer certificado;
3. Manter-se regular, desde a contratação até a data do pagamento dos serviços realizados, a documentação comprobatória de sua adimplência com a Fazenda Pública/ Seguridade Social (certidão negativa de débitos), com o FGTS (certificado de regularidade de situação), com o CNJ (Certidão Negativa de Improbidade Administrativa) e perante a Justiça Trabalhista;
4. Apresentar fatura referente ao serviço realizado, para fins de pagamento pelo Tribunal, no prazo de até 10 (dez) dias após a entrega dos certificados.

10 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

Nos termos do artigo 86 da Lei 8.666/1993, nas hipóteses de atraso injustificado na execução dos serviços, será aplicada multa de mora à empresa contratada de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratado, por dia de atraso no cumprimento das obrigações previstas no item 7, podendo o atraso superior a 02 (dois) dias ser considerado inexecução do contrato.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A aplicação das sanções obedecerá ao procedimento disciplinado pela IN TRE/RO n. 004/08, disponível no sítio eletrônico do Tribunal, com cabimento de recursos ou pedido de reconsideração.

Pela inexecução total ou parcial do serviço objeto deste Projeto Básico, a Administração poderá, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/1993, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, aplicar à empresa contratada as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Se a empresa contratada não recolher o valor da multa, eventualmente imposta, dentro de 05 (cinco) dias a contar da data da intimação, o mesmo será automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa SELIC, com fundamento no art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU 1.603/2011.

Caso a mesma não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa da União. As multas previstas nesta seção não eximem a Contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros.

11 – DAS GARANTIAS

Em decorrência das peculiaridades do objeto não se exigirá garantias.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

12 – DO PRAZO DE EXECUÇÃO

A execução dos serviços deverá ocorrer em observância ao conteúdo programático nos dias 11 a 14/5/2020.

13 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

A gestão e a fiscalização deste procedimento serão realizadas pela Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento – COEDE.

Os procedimentos de fiscalização ocorrem em três fases temporais:

1. Antes da execução do evento será verificada:
 - a) a confirmação do evento no prazo definido;
 - b) a regularidade fiscal da empresa.
2. Durante a execução do evento verifica-se:
 - a) a presença do instrutor;
 - b) a regularidade das aulas;
 - c) o cumprimento dos horários;
 - d) o fornecimento dos materiais;
 - e) demais itens inclusos na contratação.
3. Após a execução do evento verifica-se:
 - a) o cumprimento da carga-horária;
 - b) a avaliação do evento pelos participantes;
 - c) a emissão dos certificados;
 - d) Envio da Nota Fiscal para efetivação do pagamento.

Os demais procedimentos de gestão e fiscalização do contrato seguem as normas estabelecidas pela IN 04/2008-TRE/RO.

14 – DOS ANEXOS

- a) Documentação da empresa, comprovando a regularidade junto à Receita Federal/ INSS, ao FGTS, ao CNJ e à Justiça Trabalhista,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(Eventos [0521941](#), [0521945](#), [0521946](#) e [0521949](#) portanto apta a contratar com a Administração Pública.

b) Proposta (Evento [0521859](#)).



Documento assinado eletronicamente por **ELZA MARIA SANZOVO GRANO, Chefe de Seção**, em 16/04/2020, às 11:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0000506-16.2020.6.22.8000

INTERESSADO: COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

ASSUNTO: Inexigibilidade de licitação – curso fechado – treinamentos para uso do software Microsoft Project – ANÁLISE.

PARECER JURÍDICO Nº 76 / 2020 - PRES/DG/AJDG

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Seção de Capacitação e Desenvolvimento Organizacional - SEDES para a contratação de serviço de capacitação ([0502641](#)), com vistas a contratar a empresa **Instituto dos Auditores Internos do Brasil – IIA BRASIL, CNPJ n. 62.070.115/0001-00**, para a realização de treinamento na modalidade de ensino telepresencial, consistente no curso “**AUDITORIA DE TI**” para uma turma de 08 (oito) servidores, com carga horária de 32 (trinta e duas) horas, no período de 11 a 14/05/2020, conforme agenda adequada aos participantes e empresa contratada.

02. Conforme **item 4** do Projeto Básico 3/2020 - PRES/DG/SGP/COEDE/SEDES ([0524185](#)), dimensionou-se o valor total do curso em **R\$ 21.500,00 (vinte e um mil e quinhentos reais)**. A unidade realizou a avaliação de custo proporcional ao benefício e a compatibilidade



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

com o mercado, tomando-se como parâmetro os valores praticados para atividades de capacitação neste Tribunal, com registros desde 2017, concluindo que o valor está compatível com os praticados para eventos desta natureza.

03. Visando conferir a regularidade da empresa, juntou-se aos autos: Certidão Negativa de Tributos Federais ([0521945](#)); Certidão Negativa Trabalhista ([0521946](#)) Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ ([0521949](#)); e Certidão Negativa de Cadastro no FGTS ([0521941](#)).

04. O conteúdo e a data do curso estão devidamente descritos na proposta técnica/comercial da empresa ([0521859](#)) e no Projeto Básico 3 ([0524185](#)).

05. Verifica-se que consta, no referido Projeto Básico N° 3/2020 - PRES/DG/SGP/COEDE/SEDES ([0524185](#)), a descrição do objeto, justificativa, valor, aderência ao planejamento orçamentário, forma de pagamento e de contrato, as obrigações do TRE, as obrigações da contratada, as sanções administrativas, garantias, prazo de execução, gestão e fiscalização e anexos contendo documentos de regularidade fiscal e proposta da empresa.

06. A SEDES encaminhou por e-mail ([0525414](#), [0525518](#)) o Projeto Básico para ciência ao representante da empresa proponente que atestou sua concordância ao referido documento, conforme e-mail constante no evento ([0525965](#)).

07. A Coordenadoria de Material e Patrimônio – COMAP, unidade responsável pela avaliação de Projeto Básico e Termo de Referência neste órgão, nos termos do inciso XXIV do art. 3º da Instrução Normativa TRE/RO n. 004/2008, concluiu pela regularidade fiscal e trabalhista da pretensa contratada, ao tempo que se manifestou, caso a Autoridade Superior aprove o Projeto Básico, pela adjudicação do objeto à proponente ([0526456](#)).

08. Na remessa nº 170 ([0526686](#)) a coordenadora da COMAP direciona os autos a COFC para programação orçamentária da possível despesa e a AJDG para análise e emissão de parecer jurídico.

09. A SPOF procedeu a Programação Orçamentária no valor de em **R\$ 21.500,00 (vinte e um mil e quinhentos reais)**, indicando o Plano Interno RO CAPPAC e o Pré-Empenho n. 2020PE000094, para custear a futura demanda da unidade, oportunidade em que informou está a despesa pretendida pela Administração adequada e compatível orçamentária



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro ([0526904](#)).

10. Assim instruídos, os autos foram encaminhados a esta AJDG para emissão de parecer jurídico. **É o relatório.**

II - ANÁLISE JURÍDICA

2.1 DOS REQUISITOS LEGAIS: SINGULARIDADE E NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO – ART. 13 VI DA LEI N. 8.666/93.

11. A Constituição Federal, no seu art. 37, inciso XXI, estabelece a obrigatoriedade de realização de procedimento licitatório nas contratações feitas pelo Poder Público. Todavia, o próprio comando constitucional delegou à legislação infraconstitucional a previsão de **exceções** à regra geral, *in verbis*:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (sem grifo no original)

12. Não por outro motivo, a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, disciplinou, em conformidade com a Carta Política, as situações de dispensa (art. 24) e inexigibilidade (art. 25) do certame competitivo.

13. Desse modo, tratando-se de pretensão da Administração na contratação de **serviços técnicos profissionais especializados de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal**, situação definida pela Lei de Licitações e Contratos, em seu **art. 13, inciso VI, em princípio**, está caracterizada a situação de inexigibilidade competitiva prevista no **inciso II do art. 25**. Veja-se:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

(...)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, **de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização**, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação; (sem grifo no original)

14. Observe-se que a regra legal transcrita **não é genérica**. Pelo contrário, o legislador estabeleceu expressamente as situações específicas para as quais entendeu serem obrigatórias para a inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços técnicos enumerados pelo art. 13 do Código de Licitações. Assim, qualificou tais serviços, exigindo desses o preenchimento de dois requisitos gerais: a) **natureza singular**; b) **prestação por profissionais ou empresas de notória especialização**.

15. Quanto à **singularidade**, verifica-se que este requisito está demonstrado pelos elementos trazidos aos autos, visto que o evento de capacitação foi formatado para atender à necessidade específica desta Justiça Especializada, tornando-o único, incomum.

16. Sobre este requisito, veja-se a lição de **Jacoby**:

Singular é a característica do objeto que o individualiza, distingue dos demais. É a presença de um atributo incomum na espécie, diferenciador. A singularidade não está associada à noção de preços, de dimensões, de localidade, de cor ou de forma. (Fernandes JU Jacoby – Contratação direta sem licitação, 7º ed, Belo Horizonte, Fórum, 2007, p. 596)

17. E, de tal jaez é a posição consolidada pela Corte de Contas (**Acórdão TCU n. 1568/2003 – 1ª Câmara**):

(...) A singularidade, esta sim, é quem efetivamente dá causa a que se torne inviável licitar.

A inviabilidade de competição que dá ensejo à possibilidade de se inexigir a licitação reside na singularidade da contratação. O que não implica dizer que os serviços sejam de natureza singular. O que confere legitimidade ao procedimento adotado com arrimo no art. 25, II, c/c art. 13, inciso VI, da Lei nº 8.666/93, é a singularidade que permeia a situação específica.

18. Como registrado no acórdão acima transcrito, as decisões mais recentes do TCU caminham no sentido da demonstração - tão só - da singularidade para caracterizar a inexigibilidade competitiva para a contratação desse tipo de serviço técnico. Todavia, mesmo que assim não fosse, há nos autos comprovação da notória especialização da empresa a ser contratada atendendo à saciedade a exigência estatuída pelo **art. 25, § 1º da Lei n. 8.666/93, verbis**:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

[...]

§ 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

19. Referida comprovação, por sua vez, também atende à **recomendação** contida em decisões majoritárias do TCU, todas exigindo a demonstração de ambos os requisitos, vg:

Decisão TCU n. 103/98 – Plenário:

1.6 - somente realize a contratação sem licitação com base na notória especialização do contratado (art. 25, II, da Lei nº 8.666/93) quando houver inviabilidade de competição entre possíveis interessados, configurando-se simultaneamente a singularidade do objeto e a notoriedade da contratada na execução do serviço específico desejado, a qual não será subcontratada, caso em que se caracterizaria a viabilidade de competição.

20. Em arremate, releva transcrever ementa do voto do **Ministro Eros Grau**, proferido nos autos da **Ação Penal AP 348/SC**. Tal voto foi seguido por todos os membros do Plenário do Supremo Tribunal Federal – STF:

EMENTA: AÇÃO PENAL PÚBLICA. CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE ADVOGADOS FACE AO CAOS ADMINISTRATIVO HERDADO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL SUCEDIDA. LICITAÇÃO. ART. 37, XXI DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. DISPENSA DE LICITAÇÃO NÃO CONFIGURADA. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO CARACTERIZADA PELA NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS CONTRATADOS, COMPROVADA NOS AUTOS, ALIADA À CONFIANÇA DA ADMINISTRAÇÃO POR ELES DESFRUTADA. PREVISÃO LEGAL. A hipótese dos autos não é de dispensa de licitação, eis que não caracterizado o requisito da emergência. Caracterização de situação na qual há inviabilidade de competição e, logo, inexigibilidade de licitação. 2. "Serviços técnicos profissionais especializados" são serviços que a Administração deve contratar sem licitação, escolhendo o contratado de acordo, em última instância, com o grau de confiança que ela própria, Administração, deposite na especialização desse contratado. Nesses casos, o requisito da confiança da Administração em quem deseje contratar é subjetivo. Daí que a realização de procedimento licitatório para a contratação de tais serviços - procedimento regido, entre outros, pelo princípio do julgamento objetivo - é incompatível com a atribuição de exercício de subjetividade que o direito positivo confere à Administração para a escolha do "trabalho essencial e indiscutivelmente mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato" (cf. o § 1º do art. 25 da Lei 8.666/93). O que a norma extraída do texto legal exige é a notória especialização, associada ao elemento subjetivo confiança. Há, no caso concreto, requisitos suficientes para o seu enquadramento em situação na qual não incide o dever de licitar, ou seja, de inexigibilidade de licitação: os profissionais contratados possuem notória especialização, comprovada nos autos, além de desfrutarem da confiança da Administração. Ação Penal que se julga improcedente. (DJ 03/08/07 p.30). (sem grifo no original).

2.2 DOS REQUISITOS LEGAIS: RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DO PREÇO: ART. 26, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI N. 8.666/93.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

21. Embora se trate de capacitação que pode ser contratada diretamente, a Lei n. 8.666/93 estabelece a observância de alguns **requisitos legais de caráter genérico** aplicáveis a todas as contratações diretas, quais sejam: **a)** a razão da escolha do fornecedor; **b)** a justificativa do preço. Veja-se:

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.

[...]

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço.

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998).

22. As exigências dos incisos I e IV são inaplicáveis ao caso em exame. Já a **escolha do fornecedor** e a **justificativa do preço** estão **demonstradas de forma satisfatória** pelas razões expostas no Projeto Básico 3 ([0524185](#)), esclarecendo a singularidade do serviço e a vantajosidade da proposta da contratada, compatível aos padrões contratados por este Tribunal em outros eventos de treinamento.

III - DA CONCLUSÃO

23. Pelo exposto, e por tudo o mais que dos autos consta, esta Assessoria Jurídica conclui:

a) pela possibilidade da **contratação direta** da empresa **Instituto dos Auditores Internos do Brasil – IIA BRASIL**, CNPJ n. 62.070.115/0001-00, para a realização do curso de “AUDITORIA DE TI” para uma turma de 08 (oito) servidores deste Tribunal Regional Eleitoral, com carga horária de 32 (trinta e duas) horas, com fundamento no **art. 25, II c/c art. 13, VI**, ambos da **Lei n. 8.666/93**, e, ainda, nos precedentes da Corte de Contas citados neste parecer e, notadamente, na **Decisão TCU n. 439/1998-Plenário**; e,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b) pela regularidade do Projeto Básico 3 ([0524185](#)), visto que, de acordo com as disposições do **art. 6º, IX da Lei n. 8.666/93**, no que for aplicável, pode ser aprovado pela autoridade superior, para os efeitos do **art. 7º, inciso I, § 2º, inciso I c/c § 9º, da Lei de Licitações**.

24. Embora se trate de serviço, considerando a forma usual de contratação desses eventos, entende-se **dispensada a formalização de contrato**, substituído, no caso, pela nota de empenho nos termos do art. 62 da Lei n. 8.666/93, instrumento **idôneo e suficiente** para regular a relação contratual, sendo de boa prática o envio de cópia do Projeto Básico à empresa contratada - ato já demonstrado nos autos ([0525965](#)).

25. O valor total do curso, orçado em **R\$ 21.500,00 (vinte e um mil e quinhentos reais)**, cobre um público de 08 (oito) servidores, não havendo redução de custo no caso de não se preencher o total das vagas disponíveis, uma vez que não se trata de curso aberto, no qual o ônus de eventual falta de interessados recai sobre a empresa promotora, mas sim de curso fechado, feito sob encomenda e com custo previamente acertado, portanto recomenda-se que este Regional se esmere no intuito de que sejam inscritos no evento **o número total de vagas contratadas para servidores**, tudo com fulcro no art. 3º da Lei n. 8.666/93 e princípios que regem a Administração Pública, insculpidos no art. 37 da Carta Magna.

26. Cabe registrar que deverão ser atualizadas as certidões que comprovam a regularidade fiscal da empresa **Instituto dos Auditores Internos do Brasil – IIA BRASIL, CNPJ n. 62.070.115/0001-00**, antes da efetivação da contratação.

27. Ademais, com precedente no **Acórdão TCU n. 1336/06-Plenário**, entende-se **necessária a publicação na imprensa oficial**, para cumprimento da regra prevista no *caput* do artigo 26, da Lei Geral de Licitações e Contratos, haja vista que o valor da contratação está acima do patamar da dispensa legal. Contudo, em homenagem ao princípio da publicidade, constante no art. 37 da Constituição Federal, nada impede que da mesma forma seja feita também a publicação no Diário da Justiça Eletrônico - DJE.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 28/04/2020, às 18:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROCESSO: 0000506-16.2020.6.22.8000

INTERESSADO: SEDES

ASSUNTO: Contratação da empresa especializada para a realização de treinamento na modalidade de ensino telepresencial do curso “**AUDITORIA DE TI**”.

DESPACHO Nº 607 / 2020 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Capacitação e Desenvolvimento Organizacional - SEDES para a contratação de serviço de capacitação, com vistas a contratar a empresa **Instituto dos Auditores Internos do Brasil – IIA BRASIL, CNPJ n. 62.070.115/0001-00**, para a realização de treinamento na modalidade de ensino telepresencial, consistente no curso “**AUDITORIA DE TI**” para uma turma de 08 (oito) servidores, com carga horária de 32 (trinta e duas) horas, no período de **11 a 14/05/2020**, conforme agenda adequada aos participantes e empresa contratada ([0502641](#)).

A COEDE elaborou o Projeto Básico n. 3/2020 ([0524185](#)) para contratação, no qual dimensionou o valor por inscrição em R\$ 2.687,50 (dois mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), totalizando R\$ 21.500,00 (vinte e um mil e quinhentos reais), conforme item 4 do referido projeto básico.

Para instruir o feito, juntou-se aos autos as certidões negativas da referida empresa: Certidão Negativa de Cadastro no FGTS ([0521941](#)), Certidão Negativa de Tributos Federais ([0521945](#)); Certidão Negativa Trabalhista ([0521946](#)) e Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ ([0521949](#)).

Em análise do Projeto Básico a COMAP concluiu que encontra-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 6º, inciso IX, art. 7º, inciso I e art. 14 da Lei n. 8.666/93 para contratação direta com inexigibilidade de licitação se manifestou pela adjudicação do objeto à proponente ([0526456](#)).

Juntou-se aos autos a Programação Orçamentária [0526904](#) no valor de **R\$ 21.500,00** (vinte e um mil e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

quinhentos reais), informando a SPOF que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível com o PPA, LDO e LOA.

A AJDG opinou pela possibilidade da contratação direta da referida empresa; pela aprovação do projeto básico; pela dispensa da formalização de contrato e sua substituição pela nota de empenho; pela atualização das certidões que comprovem a regularidade da empresa **Instituto dos Auditores Internos do Brasil – IIA BRASIL, CNPJ nº. 62.070.115/0001-00**, antes da efetivação da contratação e pela publicação da dispensa na imprensa oficial ([0529079](#)).

A SAOFC reconheceu a situação de inexigibilidade de licitação e se manifestou nos termos do Parecer Jurídico AJDG n. 76/2020 ([0529123](#)).

Vieram os autos para apreciação desta Diretora-Geral.

Como bem explanado pela Assessoria Jurídica, a contratação de serviços técnicos profissionais especializados de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal enquadra-se na hipótese de inexigibilidade de licitação, nos termos da Decisão do TCU n. 439/1998 — Plenário e do art. 25, II c/c o inciso VI do artigo 13 da Lei Geral de Licitações.

Para tanto, o artigo 25, II, da Lei n. 8.666/93 exige o preenchimento de dois requisitos gerais: a natureza singular da contratação e a prestação dos serviços por profissionais ou empresas de notória especialização.

Quanto à singularidade, verifica-se que a presente capacitação versa sobre conteúdo técnico na área de Auditoria, especificamente em Órgãos Públicos, contudo formatado para atender à necessidade específica desta Justiça Especializada, tornando-o único, incomum, uma vez que a aplicação dos conceitos nela envolvidos dependerá da cultura organizacional, da reação dos participantes aos conteúdos apresentados, do momento e das características pessoais, da interação entre instrutor e turma. A intervenção pessoal do docente é determinante para a obtenção dos resultados esperados. Tem-se como premissa em casos como esses que o objeto é de natureza **singular**, posto não ser repetível e os resultados obtidos com a sua contratação estão amplamente sujeitos às variáveis do ambiente.

Quanto à notória especialização, consta nos autos que a empresa a ser contratada possui certificação de exclusividade conferida pelo Instituto Global de Auditores Internos, sediado na Flórida, Estados Unidos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

da América, conforme treinamento realizado em 2017 (evento [0175885](#)) e informado no subitem 3.2.2 do item 3 do PB.

No tocante à disposição contida no parágrafo único do artigo 26, da Lei de Licitações e Contratos, que estabelece a observância de alguns requisitos legais de caráter genérico aplicáveis a todas as contratações diretas, quais seja: a **razão da escolha do fornecedor e a justificativa do preço**. Tais requisitos encontram-se demonstrados de forma satisfatória pelas razões expostas nos itens 3 e 4 do Projeto Básico ([0524185](#)), esclarecendo a singularidade do serviço e a vantajosidade da proposta da contratada, compatível com os padrões contratados por este Tribunal em outros eventos de treinamento.

Verifica-se que o processo foi devidamente instruído e a documentação carreada aos autos preenche os requisitos técnicos e legais e está em harmonia com o Plano Anual de Capacitação de 2020, sob nº 20200501, conforme informado no subitem 3.1 do item 3 do PB ([0524185](#)).

Embora se trate de serviço e considerando a forma usual de contratação desses eventos, entende-se **dispensada a formalização de contrato**, substituído, no caso, pela nota de empenho nos termos do art. 62 da Lei n. 8.666/93, instrumento **idôneo e suficiente** para regular a relação contratual, cuja cópia foi enviada, via e-mail, para ciência, à empresa a ser contratada ([0525965](#)).

Pelo exposto, com base nas atribuições conferidas pela Portaria GP nº 66/2018, esta Diretora Geral **RATIFICA** a situação de inexigibilidade prevista no art. 25, inciso II, da lei nº 8.666/93 e reconhecida pela SAOFC, para:

1. Aprovar o Projeto Básico 03/2020/SEDES ([0524185](#)), pois possui os elementos mínimos essenciais definidos no inciso IX e alíneas, do artigo 6º, da Lei n. 8.666/93;

2. Autorizar a despesa, por inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 25, inciso II c/c inciso VI do art. 13, todos da Lei nº 8.666/93;

3. Adjudicar o objeto à empresa Instituto dos Auditores Internos do Brasil – IIA BRASIL, CNPJ: 62.070.115/0001-00 e autorizar a emissão de Nota de Empenho em favor da empresa supracitada, no valor de **R\$ 21.500,00** (vinte e um mil e quinhentos reais);

4. Autorizar a substituição do contrato pela nota de empenho, com fulcro no [art. 62 da Lei](#)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

[8.666/93](#), instrumento **idôneo e suficiente**, para regular a relação contratual; e

5. Determinar a publicação da ratificação da inexigibilidade no Diário Oficial da União e no Diário de Justiça Eletrônico (DJE), uma vez que o valor da contratação situa-se nos acima do patamar da dispensa legal, com fulcro no [Acórdão TCU n. 1336/06 - Plenário](#).

Ademais, cumpre ressaltar que deverá haver atualização prévia dos documentos de habilitação antes da efetivada a contratação.

À SAOFC para continuidade das ações visando à contratação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 05/05/2020, às 14:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

DJE - Diário da Justiça Eletrônico nº 852020

Disponibilização: 06/05/2020

Publicação: 07/05/2020



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE

Publicação do Extrato de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação, com fundamento no Art. 26 da Lei 8.666/93. Contratada: INSTITUTO DOS AUDITORES INTERNOS DO BRASIL – IIA BRASIL, CNPJ nº 62.070.115/0001-00. Objeto: Contratação da empresa especializada para a realização do curso "Auditoria de TI" para uma turma de 8 servidores do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia. O curso será realizado na modalidade de ensino telepresencial, com carga horária de 32 horas, nos dias 11 a 14/5/2020, conforme agenda adequada aos participantes e empresa contratada. Fundamento Legal: 25, inciso II c/c inciso VI do art. 13, todos da Lei nº 8.666/93. Valor: R\$ 21.500,00. PROGRAMA DE TRABALHO: 02122003320GP0011, ELEMENTO DE DESPESA 33.90.39-48, Nota de Empenho nº 2020NE000339, de 05/05/2020. Justificativa: Necessidades de capacitação de servidores. Declaração de Inexigibilidade: Parecer Jurídico



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

76/2020-PRES/DG/AJDG, de 28/04/2020, por MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA – CPF nº 716.688.707-97, Assessora Jurídica. Ato de autorização da despesa e de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação: Despacho Nº 607/2020 - PRES/DG/GABDG, de 05/05/2020, assinado por LIA MARIA ARAÚJO LOPES, CPF nº 475.106.849-00, Diretora Geral do TRE-RO. Processo: SEI nº 0000506-16.2020.6.22.8000.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 06/05/2020, às 15:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.